Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

KPDS 636933

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R$ mil)

Ativos	Nota explicativa	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	16.978	11.876
Contas a receber de clientes	10	26.924	34.542
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	21	9.467	24.515
Estoques	11	87.608	69.483
Impostos a recuperar	12	10.611	3.764
Instrumentos financeiros derivativos	29	268	120
Créditos diversos		228	280
		152.084	144.580
Não circulante			
Depósitos judiciais	13	44.163	40.816
Imobilizado	15	32.027	40.162
Intangível	16	154	196
		76.344	81.174
		228.428	225.754

Passivos	Nota explicativa	2018	2017
Circulante			
Fornecedores	17	45.093	30.897
Fornecedores - partes relacionadas	21	1.371	5.197
Empréstimos e financiamentos	18	25.043	-
Instrumentos financeiros derivativos	29	52	11
Salários, provisões e contribuições sociais	19	8.224	10.493
Impostos a recolher	20	1.137	2.748
IRPJ e CSLL a recolher		4.327	17.922
Juros sobre capital próprio a pagar	21	4.804	7.756
Adiantamento de clientes		270	-
Outras obrigações	23	3.313	3.119
		93.634	78.143
Não circulante			
Impostos a recolher	20	289	1.455
Adiantamento de clientes		856	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.a	5.024	5.308
Outras obrigações	23	3.629	3.423
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	22	4.910	5.290
		14.708	15.476
Patrimônio líquido			
Capital social	24.a	86.234	86.234
Reserva de reavaliação		-	33
Reserva de incentivos fiscais		1.273	-
Reserva lucros		32.579	45.868
		120.086	132.135
		228.428	225.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R$ mil)

	Nota explicativa	2018	2017
Receita líquida de vendas	25	335.571	376.565
Custo das vendas e serviços prestados	26	(246.518)	(234.263)
Lucro bruto		89.053	142.302
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	26	(17.096)	(15.247)
Gerais e administrativas	26	(29.743)	(36.389)
(Perda) ganho no valor recuperável de contas a receber	26	(935)	96
Outras receitas operacionais, líquidas	27	6.329	6.679
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		47.608	97.441
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	28	6.595	8.344
Despesas financeiras	28	(3.570)	(9.368)
Variação cambial, líquida	28	2.148	961
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		52.781	97.378
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	14.b	(14.995)	(29.826)
Diferidos	14.b	283	396
Lucro líquido do exercício		38.069	67.948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R$ mil)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	38.069	67.948
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	38.069	67.948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R$ mil)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017		86.234	485	55.675	-	-	142.394
Realização da reserva de reavaliação		-	(452)	-	-	452	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	67.948	67.948
Distribuição de lucros	24.b	-	-	(69.108)	-	-	(69.108)
Juros sobre capital próprio	24.b	-	-	-	-	(9.099)	(9.099)
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	-	59.301	-	(59.301)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		86.234	33	45.868	-	-	132.135
Realização da reserva de reavaliação		-	(33)	-	-	33	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	38.069	38.069
Incentivo fiscal - ICMS		-	-	-	1.273	(1.273)	-
Distribuição de lucros	24.b	-	-	(44.493)	-	-	(44.493)
Juros sobre capital próprio	24.b	-	-	-	-	(5.625)	(5.625)
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	-	31.204	-	(31.204)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		86.234	-	32.579	1.273	-	120.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R$ mil)

	2018	2017
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	38.069	67.948
Ajustes para reconcilar lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	9.165	10.800
Custo residual das baixas de bens do ativo imobilizado	-	1.185
Perda (ganho) no valor recuperável de contas a receber	677	(96)
(Reversão) provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(380)	3.102
Provisão para estoques obsoletos	3.003	(4.049)
Juros e variação cambial, líquidos	43	-
Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	14.712	29.430
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes (terceiros e partes relacionadas)	21.989	(24.838)
Estoques	(21.128)	1.209
Impostos a recuperar	(26.917)	(9.245)
Créditos diversos	(3.295)	(1.955)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores (terceiros e partes relacionadas)	10.370	10.459
Salários, provisões e contribuições sociais	(2.269)	455
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	(107)	(357)
Adiantamentos de clientes - partes relacionadas	-	(182)
Impostos a recolher	(3.598)	1.980
Outras obrigações	1.525	1.163
	41.859	87.009
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.520)	(6.251)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	33.339	80.758
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(943)	(2.567)
Adições ao intangível	(45)	(144)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(988)	(2.711)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Captações de empréstimos	25.000	-
Distribuição de lucros	(44.493)	(69.108)
Juros sobre capital próprio	(7.756)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(27.249)	(69.108)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	5.102	8.939
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.876	2.937
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	16.978	11.876
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	5.102	8.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando especificamente indicado)

1 Contexto operacional

A Gráfica e Editora Posigraf Ltda. ("Empresa"), registrada na Rua Senador Accioly Filho, 500, cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, constituída em 1972, tem como objeto social a industrialização, comercialização e edição de material gráfico e didático, livros, apostilas, mapas escolares, revistas, bem como materiais promocionais. A Empresa opera em dois ramos da seguinte forma:

- Didático, que atende em sua maioria a parte relacionada Editora Positivo Ltda. em livros e sistemas de ensino, denominados: Sistema Positivo de Ensino - SPE e Aprende Brasil. O seguimento de obras tendo em seu portfólio diversos títulos, entre eles os produtos da família do Dicionário Aurélio, livros didáticos e mapas escolares.

- Comercial, que atende o mercado promocional das maiores redes de varejo do Brasil, produzindo folders, catálogos, revistas de circulação nacional, entre outros.

Conforme descrito na nota explicativa 21, parte representativa das vendas da Empresa são realizadas em operações com empresas ligadas, em especial com a Editora Positivo Ltda. e Positivo Soluções Didáticas Ltda.

Referidas transações são realizadas com base em negociações específicas entre a Empresa e as partes relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 21 de julho de 2020. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Empresa no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 10** - determinação da perda no valor recuperável de contas a receber;
- **Nota explicativa 11** - determinação das perdas em estoques;
- **Nota explicativa 14** - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 15 e 16** - determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível e teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 22** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 29** - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1° de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Empresa.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Empresa na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Empresa adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos),

com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

O CPC 47 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deva ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações.

A principal receita da Empresa é representada pela industrialização, comercialização e edição de material gráfico e didático, livros, apostilas, mapas escolares, revistas, bem como materiais promocionais, sendo que a obrigação de desempenho é cumprida quando da entrega dos produtos aos clientes.

A Empresa realizou a avaliação dos impactos da adoção do CPC 47 em suas demonstrações financeiras, e não foram encontradas transações que se qualificam ao efeito prático das mudanças na norma. Inexiste também qualquer obrigatoriedade à Empresa no que tange garantias e opção de devolução ao qual é líquido e certo de sua realização.

O quadro com a abertura da Receita líquida de vendas e atendimento ao CPC 47 está apresentada na nota explicativa 25.

CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48, a Empresa adotou as alterações consequentes ao CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Empresa era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em "despesas comerciais". Consequentemente, a Empresa reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável de R$ 96, reconhecidas pelo CPC 38, de "despesas comerciais" para "perda no valor recuperável de contas a receber" na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, a Empresa adotou as alterações do CPC 48 quanto a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (valor justo por meio do resultado abrangente) e VJR (valor justo por meio do resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa relacionadas a passivos financeiros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Empresa em 1º de janeiro de 2018.

Em milhares de Reais	**Classificação original de acordo com o CPC 38**	**Nova classificação de acordo com o CPC 48**	**Valor contábil original de acordo com o CPC 38**	**Novo valor contábil de acordo com o CPC 48**
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	16.978	16.978
Contas a receber e créditos diversos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	36.619	36.619
Fornecedores e outras obrigações	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	53.406	53.406
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Custos amortizado	25.043	25.043

(ii) Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de 'perdas incorridas' por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

A metodologia prevista no CPC 48 é aplicável, principalmente, para contas a receber de longo prazo, ou seja com prazo superior a 12 meses, razão pela qual estabeleceu estágios 1 e 2 diferenciando a expectativa de perda de créditos.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A Empresa define sua perdas de crédito esperadas com base no histórico de perdas de crédito de anos anteriores e na análise individualizada de recebíveis em aberto na data base do balanço.

A Empresa avaliou os impactos causados pelo CPC 48 sobre seus ativos financeiros, figurando como item de maior relevância o grupo de contas receber. O novo modelo de mensuração de 'perdas esperadas' foi aplicado utilizando as taxas históricas de inadimplência e de perdas com títulos vencidos, também foram considerados para esta análise os indicadores de conjuntura econômica no qual a Empresa se enquadra, tais como projeção de crescimento do produto interno bruto (PIB) e estimativas do cenário de crédito nacional. Considerando o fato de que a Empresa já considerava o novo modelo de mensuração de "perdas esperadas" em seus ativos financeiros, a Empresa concluiu não haver impacto relevante na adoção da nova norma em suas operações, e por este motivo não se fez necessário o complemento de constituição de perdas por redução ao valor recuperável de ativos.

(iii) Transição

A Empresa optou por reapresentar as informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração do saldo de redução ao valor recuperável dos ativos financeiros, conforme descrito na nota explicativa 5.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa 7.14 das práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

7 Principais práticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

7.1 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Empresa, pela taxa de câmbio na data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

7.2 Receita de contrato com cliente

Em janeiro de 2018, entrou em vigência o CPC 47 que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Com a aplicação da norma, não houve impacto nas práticas contábeis vigentes utilizadas pela Empresa, que pudesse distorcer os valores atuais mensurados, conforme informado na nota explicativa 5.

7.3 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

7.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e perdas nos instrumentos de hedge.

7.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio ponderado. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

Quando aplicável, a provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativas considerando-se o melhor julgamento da Administração da Empresa. Caso a potencial perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

7.7 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis, utensílios e instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	8 anos
Veículos	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	25 anos
Outras imobilizações	5 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

7.8 Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis compreendem os sistemas de informática (softwares) e licenças de uso destes, têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização para os ativos intangíveis com vidas úteis definidas (softwares e licenças de uso) é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	5 anos
Marcas e patentes	10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o saldo contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

7.9 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos:

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1° de janeiro de 2018

A Empresa classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

- Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Empresa.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1° de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos para venda	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iv) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Empresa, resumem-se a compra a termo de moeda ("*Non Deliverable Forward - NDF*") e opção de compra, que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela Empresa com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Os valores justos de mercado dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgados na nota explicativa nº 29.

7.10 Redução ao valor recuperável *(impairment)*

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Instrumentos financeiros e ativos contratuais
A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

A Empresa considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

- as perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- as perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;

- reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

(ii) Ativos financeiros não derivativos
Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(iii) Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

7.11 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação. A Empresa adota o procedimento de provisionar a totalidade das disputas de natureza fiscal, cível e trabalhista cuja chance de perda tenha sido considerada provável.

7.12 Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Empresa determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Empresa separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a empresa conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Empresa.

(ii) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Empresa substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

7.13 Ajuste a valor presente

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

7.14 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o

momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Empresa deverá adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Empresa reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos relativos a imóveis e veículos. A natureza das despesas relacionadas à estes arrendamentos mudará, pois a Empresa passará a reconhecer custos com depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre obrigações de arrendamento e não mais despesas lineares com locação dos referidos bens.

A Empresa adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. A Empresa quantificou o impacto da adoção do CPC 06 (R2) sobre os seus ativos e passivos. Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Empresa reconheceu ativos de direito de uso adicionais incluindo imóveis, veículos, máquinas e equipamentos e passivos de arrendamento. O impacto na transição está resumido abaixo.

Em milhares de reais	**Em 1º de janeiro de 2019**
Ativos de direito de uso – ativo imobilizado	28.303
Passivos de arrendamento	(28.303)

Transição

A Empresa aplicou o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando abordagem retrospectiva modificada. Portanto , o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido com um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Empresa aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamento de acordo com o CPC 06 (R1) e a ICPC 03.

Outras alterações
As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - várias normas
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contrato de Seguros.

9 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos por:

	2018	2017
Caixa	23	23
Bancos	1.030	370
Aplicações financeiras - renda fixa (a)	15.925	11.483
	16.978	11.876

(a) São representadas, principalmente, por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB`s) e compromissadas, remunerados em aproximadamente 100% da variação do CDI (taxa de juros Certificado de Depósito Interbancário) e com liquidez imediatas estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

10 Contas a receber de clientes

Composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	2018	2017
A vencer	29.930	33.744
Vencido até 30 dias	139	365
Vencido de 31 até 60 dias	36	173
Vencido de 61 até 90 dias	27	92
Vencido de 91 até 180 dias	81	264
Vencido de 181 até 360 dias	4	511
Vencido acima de 361 dias	4.891	6.945
(-) Ajuste a valor presente	(215)	(260)
(-) Perda no valor recuperável de contas a receber	(7.969)	(7.292)
	26.924	34.542

O prazo médio de recebimento das vendas de produtos e serviços em 2018 é de 26 dias (34 dias em 2017). A movimentação da perda no valor recuperável de contas a receber está composta por:

Saldo em 1º de janeiro de 2017	7.388
(-) Recebimento / reversão	(810)
(+) Adições	714
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.292
(-) Recebimento / reversão	(257)
(+) Adições	934
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.969

A provisão para perda no valor recuperável de contas a receber é constituída com base nos critérios estabelecidos pela Administração e em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, cujo saldo é apresentado deduzido dessa provisão. O critério da perda no valor recuperável de contas a receber utiliza como base o histórico de inadimplência da Empresa, representado por 0,24% sobre o faturamento.

A Administração considera esta provisão suficiente para cobrir as perdas na realização de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

11 Estoques

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2018	**2017**
Produtos em elaboração	6.239	9.282
Matéria prima	49.252	34.563
Produtos acabados	8.162	4.765
Mercadoria para revenda	41.189	34.960
Adiantamentos de fornecedores	3.400	3.435
Estoques em trânsito	316	425
(-) Provisão para estoques obsoletos	(20.950)	(17.947)
	87.608	69.483

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está composta por:

Saldo em 1º de janeiro de 2017	21.996
Constituição provisão	11.270
Reversão provisão	(15.319)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	17.947
Constituição provisão	13.111
Reversão provisão	(10.108)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	20.950

A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

Os estoques baixados no exercício, incluindo a provisão para estoques obsoletos, foram reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de custo dos produtos vendidos, conforme demonstrado na nota explicativa 26.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a provisão para estoques obsoletos é realizada com base na matéria-prima (papel) em desuso ou sem expectativa de utilização no processo produtivo. Esta análise utiliza como referência o histórico de movimentação dos estoques e a expectativa de produção, cuja referência é 45 e 80 dias para papéis adquiridos no mercado nacional e importados, respectivamente, para os quais é efetuada avaliação individualizada. Também são provisionados estoque obsoletos de produtos acabados e em elaboração cujas perspectivas de realização são avaliadas como remota. Esta análise é feita através do histórico de movimentação dos itens em estoques, cuja classificação como obsoleta compreende mercadorias sem movimentação há mais de 31 dias. Adicionalmente a idade dos estoques, a Administração também realizou uma análise individualizada quanto às perspectivas de realização dos itens em estoque, considerando o potencial de venda do produto com base no histórico de venda.

Entretanto, em 31 de dezembro de 2018, considerando os critérios de provisão para estoques obsoletos acima evidenciados, a Empresa constituiu provisão adicional no montante de R$ 16.020 (R$ 11.929 em 2017), relativo aos estoques de mercadoria para revenda, matéria-prima (papel) e estoque de produtos acabados. Esta provisão complementar está amparada no art. 1º da Instrução Normativa n.412/2004 e o art 8º da lei n.10.753/2003 que preveem a possibilidade de registro de provisão de perda de estoques sobre até 1/3 dos estoques contabilizados no ativo. Abaixo, evidenciamos o composição da provisão para estoques obsoletos constituída pela Empresa:

Provisão para estoques obsoletos - análise qualitativa e quantitativa	(4.930)
Provisão para estoques obsoletos - provisão complementar	(16.020)
Total provisão para estoques obsoletos constituida	(20.950)

12 Impostos a recuperar

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2018	**2017**
IPI a recuperar (a)	4.936	2.650
ICMS a recuperar (b)	1.993	392
COFINS a recuperar (c)	2.800	403
IRRF a recuperar	41	135
CSLL a recuperar	9	7
PIS a recuperar (c)	784	80
Outros	48	97
	10.611	3.764

(a) O crédito do imposto sobre produtos industrializados (IPI) é proveniente, principalmente, das compras de papel importado destinado à utilização no processo fabril da Gráfica, sendo que as suas operações de saída (venda) possuem alíquota zero para os impressos gráficos.

(b) O crédito do imposto de circulação de mercadoria e serviços (ICMS) é originado, principalmente, na aquisição de insumos nacionais que terão como operação subsequente de saída sem tributação deste imposto, energia elétrica e fretes.

(c) Os créditos tributários, provenientes das contribuições sociais do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), são decorrentes das aquisições de insumos importados, despesas com aluguéis, serviços de terceiros, energia elétrica, fretes e depreciação. Em contra partida, as operações de saída de material didático possuem alíquota zero.

13 Depósitos judiciais

	2018	2017
Processos administrativos	464	401
Processos trabalhistas	957	128
Processos fiscais (a)	42.742	40.287
	44.163	40.816

(a) Além de outros menos relevantes, a Empresa possui processo tributário de Imposto sobre Serviços (ISS) referente a impressos personalizados. Durante o exercício de 2012, a Empresa aderiu no Plano de Recuperação Fiscal do Município de Curitiba (REFIC) com o objetivo de garantir o benefício concedido pela prefeitura, porém continuou contestando judicialmente a demanda, onde o pagamento realizado referente ao respectivo plano vem sendo realizado por meio de depósitos judiciais e recolhimentos direto ao fisco municipal, totalizando o montante de R$ 36.573 até a data de 31 de dezembro de 2018. A expectativa de perda nessa demanda judicial, segundo assessores jurídicos da Empresa, não se alterou em relação ao ano anterior, sendo mantida como remota.

14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a. Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes, apresentando a seguinte composição:

	2018	2017
Ativo		
Provisão para contingências	1.669	1.799
Provisão para bônus	26	163
Provisão para comissões	658	747
Provisão de serviços	296	138
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	1.234	1.164
Diversos	2.218	1.920
	6.101	5.931
Passivo		
Diferença entre a depreciação econômica e a fiscal (a)	(7.249)	(7.798)
Instrumentos financeiros derivativos	(73)	(37)
Atualização dep. judicial processos trabalhistas e fiscais	(3.777)	(2.923)
Provisão para perda no valor recuperável de contas a receber	(26)	(481)
	(11.125)	(11.239)
Líquido - passivo fiscal diferido	(5.024)	(5.308)

(a) Compreende a diferença temporária entre a depreciação fiscal e vida útil contábil com base na vida útil dos bens (máquinas e equipamentos).

Anualmente, a Administração revisa o seu plano de negócio para os próximos exercícios e, consequentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados.

b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	52.781	97.378
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(17.946)	(33.109)
Adições permanentes		
(+) Outras despesas indedutíveis	(204)	(751)
Exclusões permanentes		
(-) Outras exclusões	620	786
(-) Benefício Pró-Emprego	433	-
(-) Juros sobre capital próprio	1.913	3.094
(-) Dedução programa alimentação do trabalhador - PAT	472	550
	(14.712)	(29.430)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(14.995)	(29.826)
Imposto de renda e contribuição social diferido	283	396
	(14.712)	(29.430)
Alíquota efetiva	28%	30%

A alíquota utilizada nas conciliações apresentadas anteriormente é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

15 Imobilizado

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

		2018			2017		
	Taxa média ponderada de depreciação	**Custo corrigido**	**Depreciação acumulada**	**Saldo contábil**	**Custo corrigido**	**Depreciação acumulada**	**Saldo contábil**
Máquinas e equipamentos	12%	195.965	(169.459)	26.506	195.464	(160.982)	34.482
Veículos	20%	574	(574)	-	574	(574)	-
Móveis, utensílios e instalações	10%	6.875	(5.808)	1.067	6.767	(5.563)	1.204
Processamento de dados	20%	5.977	(5.418)	559	5.618	(5.246)	372
Imobilizações em andamento	-	1	-	1	73	-	73
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4%	4.627	(733)	3.894	4.580	(549)	4.031
Outras imobilizações	10%	456	(456)	-	456	(456)	-
		214.475	(182.448)	32.027	213.532	(173.370)	40.162

Em 31 de dezembro de 2007, os bens registrados na rubrica de máquinas e equipamentos foram reavaliados. A metodologia utilizada para fins de apuração foi o método do custo de reposição.

Em 1º de janeiro de 2008, a Empresa optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização tendo nesta data considerado o valor do ativo imobilizado reavaliado o novo valor de custo. A realização da referida reserva continua sendo realizada a débito da conta de patrimônio líquido, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei nº 11.638/07.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

A movimentação do ativo imobilizado está representada por:

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outras imobilizações	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	3.844	43.344	1.338	481	185	10	49.202
Adição	364	1.861	139	156	47	-	2.567
Depreciação	(177)	(9.697)	(273)	(265)	-	(10)	(10.422)
Baixa de custo (a)	-	(1.360)	-	-	(159)	-	(1.519)
Baixa de depreciação (a)	-	334	-	-	-	-	334
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.031	34.482	1.204	372	73	-	40.162
Adição	46	430	108	359	-	-	943
Depreciação	(184)	(8.477)	(245)	(172)	-	-	(9.078)
Transferências	-	71	-	-	(71)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.893	26.506	1.067	559	2	-	32.027

(a) Durante o ano de 2017 foram realizadas baixas de ativos fixos referente a máquinas obsoletas.

Ativos cedidos em garantia

As máquinas com valor contábil de aproximadamente R$ 36.908 foram cedidas no ano de 2011 em garantia para empréstimos junto ao BNDES. A Empresa não possui permissão de ceder estes ativos como garantia para outros empréstimos ou vendê-los a outra empresa. O empréstimo foi liquidado em 9 de fevereiro de 2018.

Vida útil

Ao final do exercício de 2018 e 2017, a Empresa revisou a estimativa da vida útil e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

16 Intangível

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

		2018			2017		
	Taxa média ponderada de amortização	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor contábil**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor contábil**
Software	20%	5.616	(5.491)	125	5.599	(5.404)	195
Marcas e patentes	10%	82	(81)	1	82	(81)	1
Projetos	-	28	-	28	-	-	-
		5.726	(5.572)	154	5.681	(5.485)	196

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*

O ativo intángivel tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Administração não identificou indicadores de que o ativo intángivel poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

Vida útil

Ao final do exercício de 2018 e 2017, a Empresa revisou a estimativa da vida útil e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

17 Fornecedores

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
Fornecedores do mercado interno	34.106	23.288
Fornecedores do mercado externo	11.341	7.736
(-) Ajuste a valor presente	(354)	(127)
	45.093	30.897

O período médio de pagamento das compras de produtos é de 97 dias (79 dias em 2017).

18 Empréstimos e financiamentos

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

				2018	
	Taxas %	Garantias	Vencimento	Circulante	Não circulante
Empréstimos com acionistas	100% CDI	N/A	30/06/2019	25.043	-
				25.043	-

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está composta por:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo no final do exercício de 2017	-	-	-
Captação	25.000	-	25.000
Encargos financeiros e variações	43	-	43
Saldo no final do exercício de 2018	25.043	-	25.043

19 Salários, provisões e contribuições sociais

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
Salários a pagar	1.143	3.076
Contribuições sociais	1.291	1.356
Provisão de férias	5.609	5.420
Provisões trabalhistas diversas	181	284
Provisão para bônus	-	357
	8.224	10.493

20 Impostos a recolher

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2018	**2017**
IRRF sobre remuneração a funcionários	383	367
IRRF sobre juros capital próprio	-	1.365
ISS a recolher	175	140
Refis a recolher (a)	-	1.270
PIS a recolher	46	30
COFINS a recolher	283	185
Outros impostos	539	846
	1.426	4.203
Circulante	1.137	2.748
Não circulante	289	1.455
	1.426	4.203

(a) A entidade aderiu em 2017, ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), conforme regras previstas na lei 13.496/2017. A modalidade de adesão da entidade foi pelo pagamento da antecipação entre os meses de agosto e outubro de 2017, usufruindo de benefícios de redução de 90% de juros e 70% de multa de passivos relacionados a autuações tributárias como o IOF sobre operações de mútuos, créditos federais não homologados e imposto de renda de operações de lucro de exploração, sendo que os efeitos no resultado do exercício foram nas rubricas de despesas gerais e administrativas e resultado financeiro. Oitenta por cento (80%) do saldo existente em dezembro foi liquidado com prejuízos fiscais adquiridos da empresa Positivo Administradora de Bens Ltda. no valor de R$ 5.082 e o saldo residual foi pago em espécie, conforme previsão da lei.

21 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas estão compostos da seguinte forma:

	Contas a receber de transações comerciais		Contas a pagar de transações comerciais		Empréstimos com acionistas		Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Positivo Educacional Ltda.	2	966	-	-	-	-	-	-
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	97	105	-	-	-	-	-	-
Editora Positivo Ltda.	-	23.402	1.255	-	-	-	-	-
Positivo Tecnologia S.A.	48	42	4	-	-	-	-	-
Positivo Soluções Didáticas Ltda.	9.320	-	-	-	-	-	-	-
Positivo Administradora de Bens Ltda. (a)	-	-	112	5.197	-	-	-	-
Sócios	-	-	-	-	25.043	-	4.804	7.756
	9.467	24.515	1.371	5.197	25.043	-	4.804	7.756

(a) Refere-se, substancialmente, à compra de créditos tributários no montante de R$ 5.082 para utilização ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), conforme regras previstas na lei 13.496/2017.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa realizou transações com partes relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Vendas		Compras e serviços	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Positivo Educacional Ltda. (a)	979	1.234	-	-
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. (b)	261	463	93	90
Editora Positivo Ltda. (c)	141.254	210.395	2.793	8.259
Positivo Tecnologia S.A. (d)	-	-	103	32
Positivo Administradora de Bens Ltda. (e)	-	-	10.053	9.809
Positivo Soluções Didáticas Ltda.(f)	27.345	-	-	-
	169.839	212.092	13.042	18.190

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

a. Positivo Educacional Ltda.

Vendas
São transações de comercialização de materiais didáticos e outros produtos gráficos produzidos pela Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

b. Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.

Vendas
São transações de comercialização de materiais didáticos e outros produtos gráficos produzidos pela Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

Locação de espaço e compra de serviços
Compreende as transações de locação de espaços, em especial do Teatro Positivo e Centro de Eventos.

c. Editora Positivo Ltda.

Vendas
São transações de comercialização de materiais didáticos e outros produtos gráficos produzidos pela Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

Rateio de despesas
Compreende a cobrança proveniente do rateio de despesas administrativas e do centro de serviços compartilhados (CSC), as quais são incorridas pela Editora Positivo Ltda. e, posteriormente repassadas para as demais partes relacionadas.

As despesas são representadas pelo uso compartilhado dos departamentos de compras (em especial materiais indiretos), recursos humanos, marketing, jurídico, contabilidade, financeiro e informática. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

d. Positivo Tecnologia S.A.

Compras
Compreende a aquisição de micro-computadores e equipamentos de informática.

e. Positivo Administradora de Bens Ltda.

Locações de espaços
Compreende as transações de arrendamento mercantil operacional dos imóveis da Positivo Administradora de Bens Ltda., sendo seu prazo de vigência de parte dos imóveis até 2020 e da parte restante dos imóveis até março de 2032, podendo ser renovado, conforme cláusula contratual.

f. Positivo Soluções Didáticas Ltda.

Vendas
São transações de comercialização de materiais didáticos e outros produtos gráficos produzidos pela Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

As despesas com salários da Administração incluindo encargos e remuneração variável no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R$ 1.728 (R$ 1.216 em 2017). Para os administradores da Empresa são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, descontos em mensalidades de cursos de graduação, pós graduação e nas escolas do Grupo.

A Empresa não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

22 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	2018	2017
Riscos trabalhistas	2.006	2.614
Riscos fiscais	2.731	2.647
Riscos cíveis	173	29
	4.910	5.290

As movimentações das provisões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	29	2.614	2.647	5.290
(+) Adições	141	1.577	-	1.718
(-) Reversões atualizações	3	46	84	133
(+) Atualizações	-	(148)	-	(148)
(-) Utilizações e reversões	-	(2.083)	-	(2.083)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	173	2.006	2.731	4.910

Trabalhistas
Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários, reivindicando verbas trabalhistas em geral, entre eles, horas extras e equiparação salarial. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existe nenhum processo individualmente com valor representativo.

Cíveis
Compreende, principalmente, ações de pedidos de indenização por danos morais, habilitação de crédito, inexigibilidade de títulos, entre outros, relacionados à atividade operacional da Empresa.

Fiscais
Processo proveniente de auto de infração referente compensações de IRPJ realizadas pela entidade entre 2003 e 2005 com erro formal na entrega. Em 31 de dezembro 2016, tal processo encontrava-se em discussão judicial com chances remotas de perda. Durante o ano de 2017, o risco de perda tornou-se provável, e o referido processo teve adesão ao PERT em 2018, porém esta sendo discutido judicialmente a compensação do depósito judicial já recolhido pela Empresa.

Probabilidades de perda possível
Existem outros processos cíveis, trabalhistas e tributários em curso, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização. Os saldos estão compostos da seguinte forma:

	2018	2017
Tributárias (a)	9.472	8.966
Trabalhista	1.860	1.855
Cíveis (b)	3.864	1.691
	15.196	12.512

(a) Riscos tributários
Compreende a execução fiscal no valor estimado de R$ 2.777, movida pela União Federal, referente à créditos de IPI da filial de Santa Catarina. Também, compreende débitos decorrentes do saldo negativo de IRPJ e CSLL, pedido de compensação não homologado no montante de R$ 3.210.

(b) Riscos cíveis
O principal processo compreende a ação civil pública em que o Ministério Público do Estado de São Paulo alega a existência de atos de improbidade praticados na contratação da Empresa para fornecimento de materiais didáticos pela Prefeitura Municipal de Lorena.

23 Outras obrigações

	2018	2017
Circulante		
Provisão de serviços	2.497	2.362
Outras contas a pagar	816	757
	3.313	3.119
Não circulante		
Provisão para honorários advocatícios (a)	3.629	3.423
	3.629	3.423

(a) Compreende, principalmente, a provisão dos honorários advocatícios a serem pagos sobre processo administrativo movido pela União Federal, quanto a PIS incidente sobre lançamentos a crédito, glosado pelo Fisco, sob alegação de prescrição e Imposto sobre Serviços (ISS) sobre impressos personalizados. A provisão foi constituída em função da expectativa de perda remota por parte dos assessores jurídicos.

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, conforme 6ª alteração do contrato social, as quotas dos sócios anteriores foram transferidas via dissolução e transferências de quotas para os novos acionistas da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Empresa é de R$ 86.234 e está totalmente integralizado, da seguinte forma:

Composição societária, valores expressos em reais (1,00).

	Quantidade de quotas	Capital integralizado	% participação
Palermo Investimentos - Participações Societárias Ltda.	17.246.726	17.246.726	20%
Schonbrunn Investimentos - Participações Societárias Ltda.	17.246.726	17.246.726	20%
Cousteau Investimentos - Participações Societárias Ltda.	17.246.726	17.246.726	20%
Cixares Libero Vargas	17.246.726	17.246.726	20%
Rivare Investimentos - Participações Societárias Ltda.	12.935.048	12.935.048	15%
Jufri Investimentos - Participações Societárias Ltda	4.311.681	4.311.681	5%
	86.233.632	86.233.632	100%

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Empresa é de R$ 86.234 e que está totalmente integralizado, da seguinte forma:

Composição societária, valores expressos em reais (1,00).

	Quantidade de quotas	Capital integralizado	% participação
CIR Investimentos S.A.	17.246.726	17.246.726	20%
SLG Investimentos S.A.	17.246.726	17.246.726	20%
Darwin Investimentos S.A.	17.246.726	17.246.726	20%
Palidano Investimentos S.A.	17.246.726	17.246.726	20%
RMR Investimentos S.A.	12.935.047	12.935.047	15%
Lupa Investimentos S.A.	4.311.681	4.311.681	5%
	86.233.632	86.233.632	100%

b. Reserva de lucros e juros sobre capital próprio

Conforme previsto no contrato social da Empresa, ao final do exercício social os resultados não distribuídos serão registrados na conta de reserva de lucros, para futura distribuição ou capitalização, ou, se perda ou prejuízo em conta a compensar. Não existe previsão para distribuição de lucros mínimos ao final de cada exercício.

Os juros sobre capital próprio foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

(i) Juros sobre capital próprio

A Empresa distribui lucros aos sócios através de juros sobre capital próprio observando o disposto na Lei nº 9.429/95.

	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2017	-
Juros sobre capital próprio deliberados	9.099
Juros sobre capital próprio pagos	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.099
Juros sobre capital próprio deliberados	5.625
Juros sobre capital próprio pagos	(9.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.625

Durante o exercício de 2018 foram pagos os juros sobre capital próprio deliberados em 2017 no montante de R$ 7.756, líquido de imposto de renda.

(ii) Distribuição de lucros

Durante o exercício de 2018 foram deliberadas e pagas distribuições de lucros no montante de R$ 44.493 (R$ 69.108 em 2017).

c. Reserva de incentivos fiscais

Em 1 de outubro de 2018, a Empresa entendeu, após ampla discussão acerca da Lei nº 12.973/14 art. 30 e da Lei Complementar 160/2017, cuja finalidade foi regularizar os benefícios fiscais de ICMS concedidos irregularmente pelos Estados, sem observância da regra constitucional (art. 155, § 2o, XII, g) de aprovação pelo Conselho Nacional de Política Fazendária, o CONFAZ, que os valores de crédito de ICMS provenientes da tributação presumida e da concessão de isenção pontuais de operações em alguns estados do território nacional se enquadram nas referidas Leis e portanto são passiveis de enquadram como reservas de incentivos fiscais. Com esse entendimento, a partir desta data, a Empresa começou a registrar, para efeitos de exclusão de base de cálculo do IRPJ e da CSLL, o montante de R$ 1.273. O montante de incentivo fiscal no ano de 2018 foi de R$ 3.744. O saldo de incentivos fiscais foram destinados para a reserva de incentivos fiscais na demonstração da mutação do patrimônio líquido.

25 Receita líquida de vendas

O efeito da adoção do CPC 47 sobre as receitas de contratos com clientes da Empresa está descrito na nota explicativa 5.

A Empresa gera receita pela venda de impressos gráficos, e os impactos na forma de contabilização com relação à adoção do CPC 47 estão evidenciados na nota explicativa 5.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre os produtos ao cliente.

A seguir, a composição da receita líquida de vendas da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de:

	2018	2017
Receita bruta de vendas	377.058	418.167
(-) Tributos sobre vendas	(34.629)	(31.533)
(-) Devoluções e abatimentos	(6.858)	(10.069)
	335.571	376.565

26 Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Empresa apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Matérias primas e materiais de consumo utilizados	180.589	168.767
Pessoal	60.062	63.325
Serviços de terceiros	13.255	14.693
Depreciação e amortização	9.165	10.800
Fretes	4.144	4.696
Comissões	9.659	9.566
Perda (ganho) no valor recuperável de contas a receber	677	(96)
Aluguéis	75	126
Provisão (reversão) para estoque obsoletos	3.003	(3.422)
(Reversão) provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(380)	1.906
Propaganda e publicidade	1.584	804
Outras	12.459	14.638
	294.292	285.803

A composição dessas contas para conciliação com a demonstração do resultado segue abaixo:

	2018	2017
Custo das vendas e serviços prestados	246.518	234.263
Despesas comerciais	17.096	15.247
Despesas gerais e administrativas	29.743	36.389
Perda (ganho) no valor recuperável de contas a receber	935	(96)
	294.292	285.803

27 Outras receitas operacionais, líquidas

	2018	2017
Venda de aparas “sucatas”	6.273	6.259
Venda de imobilizado	56	420
	6.329	6.679

28 Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Ajuste a valor presente - clientes	3.229	3.399
Rendimento de aplicações	638	2.335
Juros	130	-
Reversão atualização monetária	2.501	-
Descontos obtidos e outras	97	2.610
	6.595	8.344
Despesas financeiras		
Instrumentos financeiros - derivativos	(789)	(773)
Juros	(491)	(828)
IOF *(a)*	-	(5.103)
Atualização monetária	-	(1.166)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(2.267)	(1.246)
Descontos concedidos	(1)	(225)
Outras	(22)	(27)
	(3.570)	(9.368)
Variação cambial, líquida	2.148	961
	5.173	(63)

(a) Compreende a apropriação do IOF em operações de crédito com pessoas jurídicas referentes aos exercícios de 2007 a 2012, decorrente da baixa do auto de infração da Receita Federal do Brasil, o qual teve a adesão do processo ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

29 Instrumentos financeiros

O efeito da aplicação inicial do CPC 48 nos instrumentos financeiros da Empresa está descrito na nota explicativa 5. Devido ao método de transição escolhido, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requerimentos.

a. Classificação contábil e valores justos

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

Em 31 de dezembro 2018	Nota explicativa	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VJR	Total contábil	Valor justo
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	9	16.978	-	-	16.978	16.978
Contas a receber de clientes	10	26.924	-	-	26.924	26.924
Contas a receber de clientes – partes relacionadas	21	9.467	-	-	9.467	9.467
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	268	268	268
Créditos diversos		228	-	-	228	228
		53.597	-	268	53.865	53.865
Custo amortizado						
Fornecedores	17	-	45.093	-	45.093	45.093
Fornecedores – partes relacionadas	21	-	1.371	-	1.371	1.371
Empréstimos e financiametos	18	-	25.043	-	25.043	25.043
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	52	52	52
Outras obrigações	23	-	6.942	-	6.942	6.942
		-	78.449	52	78.501	78.501

Em 31 de dezembro 2017	Nota Explicativa	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VJR	Total contábil	Valor justo
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	9	11.876	-	-	11.876	11.876
Contas a receber de clientes	10	34.542	-	-	34.542	34.542
Contas a receber de clientes – partes relacionadas	21	24.515	-	-	24.515	24.515
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	120	120	120
Créditos diversos		280	-	-	280	280
		71.213	-	120	71.333	71.333
Custo amortizado						
Fornecedores	17	-	30.897	-	30.897	30.897
Fornecedores – partes relacionadas	21	-	5.197	-	5.197	5.197
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	11	11	11
Outras obrigações	23	-	6.542	-	6.542	6.542
		-	42.636	11	42.647	42.647

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Empresa está exposta reflete aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Empresa.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Empresa utiliza. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

A Empresa possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela alta Administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões.

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa.

(ii) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das aplicações financeiras e contas a receber de clientes conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota explicativa	2018	2017
Caixa e equivalente de caixa	9	16.978	11.876
Contas a receber de clientes	10	26.924	34.542
Contas a receber de clientes – parter relacionadas	21	9.467	24.515
Créditos diversos		228	280
		53.597	71.213

Contas a receber e outros créditos
A exposição da Empresa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração considera a distribuição geográfica dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

A qualidade do crédito do contas a receber de outros recebíveis é avaliado baseado na política de crédito estabelecida pela Empresa.

Caixa e equivalentes a caixa
Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa detinha caixa e equivalentes a caixa de R$ 16.978, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes a caixa são mantido com bancos e instituições financeiras considerados de primeira linha.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou não, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Empresa, que se utiliza do gerenciamento necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos e ativos financeiros não derivativos da Empresa e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações.

Ativos financeiros	**Menos de um mês**	**De um a três meses**	**De três meses a um ano**	**De um a cinco anos**	**Mais de cinco anos**	**Total**
31 de dezembro 2018						
Caixa e bancos	1.053	-	-	-	-	1.053
Aplicações financeiras	15.925	-	-	-	-	15.925
Contas a receber clientes	10.646	13.840	2.182	199	57	26.924
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	48	9.419	-	-	-	9.467
	27.672	23.259	2.182	199	57	53.369

31 de dezembro 2017						
Caixa e bancos	393	-	-	-	-	393
Aplicações financeiras	11.483	-	-	-	-	11.483
Contas a receber clientes	27.463	6.238	723	50	68	34.542
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	43	24.472	-	-	-	24.515
	39.382	30.710	723	50	68	70.933

Passivos financeiros	**Taxa de juros efetiva média ponderada % CDI**	**Menos de um mês**	**De um a três meses**	**De três meses a um ano**	**De um a cinco anos**	**Mais de cinco anos**	**Total**
31 de dezembro de 2018							
Fornecedores		24.412	15.262	5.419	-	-	45.093
Fornecedores - partes relacionadas		1.371	-	-	-	-	1.371
Empréstimos	100%	-	-	25.043	-	-	25.043
		25.783	15.262	30.462	-	-	71.507
31 de dezembro de 2017							
Fornecedores		20.629	6.948	3.320	-	-	30.897
Fornecedores - partes relacionadas		5.197	-	-	-	-	5.197
		25.826	6.948	3.320	-	-	36.094

A tabela a seguir mostra em detalhes a análise de liquidez dos instrumentos financeiros derivativos da Empresa. A tabela foi elaborada de acordo com as entradas (saídas) de recursos líquidos e não descontadas dos instrumentos derivativos que permitem liquidação pelo valor líquido e com as entradas (saídas) de recursos brutos desses derivativos que exigem a liquidação pelo valor bruto. Quando o valor a pagar ou receber não é fixo, o valor apresentado é determinado com base nas taxas de juros projetadas conforme demonstrado pelas curvas de desempenho existentes no encerramento do exercício.

	Até três meses	**De três meses a um ano**	**Total**
31 de dezembro de 2018			
NDFs	5	13	18
Opção	140	58	198
	145	71	216
31 de dezembro de 2017			
NDFs	18	25	43
Opção	30	36	66
	48	61	109

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, e taxas de juros, têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A exposição cambial da Empresa em 31 de dezembro de 2018 é mínima, dado que os contratos de derivativos para proteção da variação cambial são contratados no momento da compra de produtos importados e as dívidas estão indexadas à taxas de juros em moeda local.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Administração da Empresa, referente ao efeito estimado de caixa gerado nas operações de proteção cambial em aberto em 31 de dezembro de 2018:

Análise de sensibilidade - Dólar

				Cenários fluxo de faixa (R$ mil)				
			Valor nocional (USD mil)	**Provável**	**Possível (baixa)**	**Remoto (baixa)**	**Possível (alta)**	**Remoto (alta)**
Cenário				(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
Taxa Dólar (cenário)				BACEN	-25%	-50%	25%	50%
Dólar			-	3,875	2,906	1,937	4,844	5,812
Efeito caixa								
Exposição	(Fechamento)							
Dívidas	3,875		-	-	-	-	-	-
Compras insumos	3,875		2.364	-	2.290	4.580	(2.290)	(4.580)
Compras em trânsito	3,875		1.268	-	1.228	2.457	(1.228)	(2.457)
Cobertura cambial	(Contratada)	(Fechamento)						
NDF + opções de compra	3,889	3,875	3.632	-	(3.518)	(7.037)	3.518	7.037
Exposição líquida estimada (com compras em trânsito)			-					
Resultado líquido estimado (com compras em trânsito)				-	-	-	-	-
Exposição líquida estimada (sem compras em trânsito)			(1.268)					
Resultado líquido estimado (sem compras em trânsito)			-	-	(1.228)	(2.457)	1.228	2.457

Nota: Convenção: valores positivos representam saldo a receber, e negativos a pagar

(a) O cenário provável reflete as cotações do BACEN Banco Central do Brasil (PTAX Venda) para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(b) O cenário possível de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 25%.

(c) O cenário remoto de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 50%.

(d) O cenário possível de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 25%.

(e) O cenário remoto de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 50%.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a entidade avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da entidade na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2018, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela entidade são próximas às descritas anteriormente.

Gerenciamento do capital

A Empresa administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Empresa é formada pelo capital circulante líquido (passivos circulantes menos ativos circulantes).

A Empresa não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Capital circulante líquido
O índice de liquidez corrente no final do exercício é o seguinte:

	2018	**2017**
Ativo circulante	152.084	144.580
Passivo circulante	(93.634)	(78.143)
Capital circulante líquido	58.450	66.437
Índice de liquidez corrente	1,62	1,85

Índice de endividamento

	2018	**2017**
Dívida bruta (a)	(25.043)	-
Caixa e saldos de bancos (b)	16.978	11.876
	8.065	11.876
Patrimônio líquido (c)	120.086	132.135
Índice endividamento (caixa) líquido	(0,07)	(0,09)

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazo (excluindo derivativos, quando aplicável).

(b) Disponibilidade em tesouraria e depósitos em bancos.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Empresa, gerenciados como capital.

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de eliminar a exposição cambial de compras de matérias primas importadas, na aquisição de bens de capital importados e dívidas em moeda estrangeira.

A política de derivativos da Empresa tem como objetivo proteger seus compromissos assumidos em dólar e euro de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em sua operação e sobre seus investimentos. A Administração não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

A Empresa utiliza-se de duas formas de derivativos: NDF (Non Deliverable Forward) e opções de compra, operações esta que possuem a finalidade de proteção contra as oscilações das taxas de câmbio, cobrindo assim, a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de insumos importados, aquisição de bens de capital importados ou dívidas em moeda estrangeira.

A partir da análise diária das compras de produtos importados e no momento de contratações de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, os contratos derivativos são prontamente fechados e constantemente revisados.

(i) Composição dos instrumentos financeiros derivativos

	2018	2017
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	268	120
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	(52)	(11)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	216	109

(ii) Contratos futuros de moeda

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa possuía operações de NDF (*Non Deliverable Forward*) de compra de dólar como seguem:

Data da contratação	Data de vencimento	Contraparte	Categoria	Moeda	Valor moeda estrangeira (R$ mil)	Cotação futura negociada	Resultado líquido a receber (pagar) (R$ mil) (i)
06/09/2018	21/01/2019	Santander	Fornecedor	USD	155	4,1930	(49)
30/11/2018	14/02/2019	Bradesco	Fornecedor	USD	120	3,8742	1
22/10/2018	15/03/2019	Bradesco	Fornecedor	USD	200	3,7470	29
07/11/2018	19/03/2019	Santander	Fornecedor	USD	265	3,8003	24
28/11/2018	22/03/2019	Bradesco	Fornecedor	USD	325	3,8873	2
27/11/2018	01/04/2019	Bradesco	Fornecedor	USD	100	3,9261	(3)
07/11/2018	01/04/2019	Bradesco	Fornecedor	USD	100	3,8054	9
04/12/2018	12/04/2019	Bradesco	Fornecedor	USD	70	3,8722	2
05/12/2018	12/04/2019	Bradesco	Fornecedor	USD	80	3,8820	1
30/11/2018	22/04/2019	Santander	Fornecedor	USD	80	3,8937	1
30/11/2018	02/05/2019	Itaú	Fornecedor	USD	135	3,8950	1
				USD	1.630	3,8814	18

(i) Convenção: Valores positivo representam resultado a receber, e negativos a pagar.

Os contratos de compra de NDF foram firmados com bancos de primeira linha, em opção de negociação até a data de vencimento. Tais contratos não exigem margens de garantia.

(iii) Contratos de opção de compra

Contratos de opção de compra em moeda estrangeira possuem a característica de conceder um direito de compra a determinado preço e determinada data futura. Estas operações possuem o benefício de não exigirem desembolsos de caixa no vencimento, onde haverá apenas o ganho financeiro da variação cambial, caso positiva. Em 31 de dezembro de 2018, os contratos de opção de compra de dólar em aberto seguem conforme abaixo:

Data da contratação	Data de vencimento	Contraparte	Categoria	Moeda	Valor moeda estrangeira	Strike	Resultado líquido a receber/pagar (R$ mil) (i)
20/08/2018	14/01/2019	Bradesco	Fornecedor	USD	160	4,0010	3
22/10/2018	17/01/2019	Itaú	Fornecedor	USD	145	3,7520	21
06/09/2018	21/01/2019	Santander	Fornecedor	USD	155	4,2200	5
09/10/2018	04/02/2019	Bradesco	Fornecedor	USD	321	3,7980	37
27/11/2018	14/02/2019	Bradesco	Fornecedor	USD	70	3,9310	4
09/10/2018	18/02/2019	Bradesco	Fornecedor	USD	190	3,8050	23
22/10/2018	08/03/2019	Itaú	Fornecedor	USD	155	3,7800	23
28/11/2018	15/03/2019	Bradesco	Fornecedor	USD	295	3,9070	25
05/12/2018	12/04/2019	Itaú	Fornecedor	USD	80	3,8980	8
03/12/2018	12/04/2019	Itaú	Fornecedor	USD	70	3,8960	7
27/11/2018	22/04/2019	Bradesco	Fornecedor	USD	100	3,9650	11
30/11/2018	06/05/2019	Santander	Fornecedor	USD	100	3,9290	11
04/12/2018	04/06/2019	Santander	Fornecedor	USD	161	3,9180	20
				USD	2.002	3,8955	198

(i) Convenção: Valores positivo representam resultado a receber, e negativos a pagar.

30 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Empresa, para cobrir eventuais sinistros em todas as suas unidades, sendo máquinas e equipamentos e estoque, é apresentada abaixo.

Para sinistros prediais foram considerados os imóveis de propriedade da Positivo Administradora de Bens Ltda., cujas coberturas contratadas são de:

Ramo	Abrangência	Limite de indenização	Vigência
Riscos patrimoniais	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento, danos elétricos e outros.	343.426	01/04/2018 a 01/04/2019
Responsabilidade civil	Riscos contingentes com veículos de terceiros, auditório e danos morais.	1.000	31/03/2018 a 31/03/2019

31 Eventos subsequentes

Coronavírus (COVID-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) tornou-se uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Criação de diversos Comitês, com participação de diretores e gerentes chaves da Empresa, com propósito de avaliação de ações possíveis para minimizar os impactos trazidos pela pandemia.

- Análise de adequação de volume de estoques de matérias-primas a novos volumes de vendas.

- Negociações com os principais fornecedores da Empresa, tanto para alinhamento de prazos de valores faturados, quanto para negociação de valores devidos futuros.

- Utilizar os benefícios trazidos pela Medida Provisória 927, publicada em 20 de março de 2020, tais como: prorrogação de prazo de compensação de banco de horas e postergação de pagamento de FGTS.

- Utilizar os benefícios trazidos pela Medida Provisória 936, publicada em 01 de abril de 2020, tais como: redução de remuneração e carga horária trabalhada; suspensão de temporária de contratos com alguns colaboradores ou através de futuras medidas publicadas pelo Governo para minimizar os impactos da pandemia.

- Postergação de recolhimentos de tributos tais como PIS e COFINS (Instrução Normativa 1.932 de 2020) e INSS patronal (Portaria 139 e 150 de 2020).

- Análise de possível captação junto a bancos públicos e privados, de linhas de crédito liberadas pelo Governo Federal e agências ligadas ao setor com propósito de incentivar as companhias afetadas pela pandemia.

Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Vale ressaltar que a Empresa possui suporte financeiro de seus acionistas, mitigando os impactos de curto prazo e os desafios que esse cenário pode trazer.